

Progato Produtos para Gatos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

com Relatório dos Auditores Independentes

Progato Produtos para Gatos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Progato Produtos para Gatos S.A.
Araucária – PR

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Progato Produtos para Gatos S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Progato Produtos para Gatos S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Ausência de documentação suporte e teste de recuperabilidade – marcas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2025, saldo de R\$ 515 mil registrado no ativo intangível, na rubrica “Marcas”, oriundo de aporte promovido pelo acionista controlador. Todavia, não nos foi apresentada documentação comprobatória apropriada e suficiente que suportasse a origem, titularidade, *valuation* e mensuração inicial desse ativo. Adicionalmente, embora a própria política contábil da Companhia estabeleça que referido ativo possui vida útil indefinida e, portanto, está sujeito a teste anual de recuperabilidade (“*impairment*”), não nos foi disponibilizado estudo técnico que evidenciasse sua recuperação pelo valor registrado. Nessas circunstâncias, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir sobre a existência, mensuração e recuperabilidade do saldo de “Marcas” registrado em 31 de dezembro de 2025.

Base para opinião com ressalva--Continuação

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras - valores comparativos

As demonstrações financeiras da Proгато Produtos para Gatos S.A. (“Companhia”), referentes ao exercício/período findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, e que compreendem o balanço patrimonial nessa data e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 23 de fevereiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, não foram auditadas por nós nem submetidas à auditoria por outros auditores independentes.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração da demonstração financeira livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

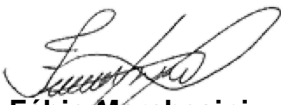
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Fábio Marchesini".

Fábio Marchesini
Contador CRC 1SP-244.093/O-1

Progato Produtos para Gatos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	ATIVO		
	Notas	2025	2024 (não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	242	819
Títulos e valores mobiliários	5	1.838	2.268
Contas a receber	6	2.439	3.619
Estoques	7	4.115	3.292
Créditos diversos	-	197	124
Total do ativo circulante		8.831	10.122
Ativo não circulante			
Créditos diversos	-	19	3
Imobilizado	8	4.089	3.723
Direito de uso	8	2.860	3.401
Intangível	9	515	515
Total do ativo não circulante		7.483	7.642
Total do ativo		16.314	17.764

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2025	2024 (não auditado)
Passivo circulante			
Fornecedores	10	1.627	1.976
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	525	536
Demais obrigações	-	42	1
Arrendamento a pagar	14	609	524
Total do passivo circulante		2.803	3.037
Passivo não circulante			
Arrendamento a pagar	14	2.408	2.878
Total do passivo não circulante		2.408	2.878
Patrimônio líquido			
Capital social	15	9.637	4.833
Reserva de capital	15	8.762	8.762
Prejuízo acumulado	-	(7.296)	(1.746)
Total do patrimônio líquido		11.103	11.849
Total do passivo e patrimônio líquido		16.314	17.764

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u> <u>(não auditado)</u>
Receita operacional líquida	16	19.282	10.520
Custo dos produtos vendidos	17	(15.100)	(7.552)
Lucro bruto		4.182	2.968
Receitas/ (despesas) operacionais:			
Despesas comerciais	18	(4.908)	(2.584)
Despesas gerais e administrativas	19	(3.714)	(1.438)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-	(228)	32
Prejuízo antes do resultado financeiro		(4.668)	(1.022)
Despesas financeiras	20	(1.243)	(817)
Receitas financeiras	20	361	93
Resultado financeiro líquido		(882)	(724)
Prejuízo do exercício		(5.550)	(1.746)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (não auditado)
Prejuízo do exercício	(5.550)	(1.746)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(5.550)</u>	<u>(1.746)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social			Reserva de capital	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
		Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Capital social integralizado			
Saldos em 23 de fevereiro de 2024 (não auditado)		-	-	-	-	-	-
Constituição da Companhia	15	100	(90)	10	-	-	10
Integralização de capital social	15	6.299	90	6.389	-	-	6.389
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(1.746)	(1.746)
Aumento de capital	15	3.238	(4.804)	(1.566)	8.762	-	7.196
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)		9.637	(4.804)	4.833	8.762	(1.746)	11.849
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(5.550)	(5.550)
Integralização de capital social	15	-	4.804	4.804	-	-	4.804
Saldos em 31 de dezembro de 2025		9.637	-	9.637	8.762	(7.296)	11.103

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024 (não auditado)
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(5.550)	(1.746)
	(5.550)	(1.746)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades originadas das atividades operacionais:		
Depreciação	453	178
Custo líquido na baixa de ativo imobilizado	99	-
Aumento (Redução) na provisão para perdas nos estoques	(194)	194
Amortização do direito de uso	686	-
Juros sobre arrendamento mercantil	266	-
	(4.240)	(1.374)
(Aumento)/ redução no ativo:		
Contas a receber	1.180	(3.619)
Estoques	(629)	(3.486)
Créditos diversos	(89)	(127)
Aumento/ (redução) de passivo:		
Fornecedores	(349)	1.976
Obrigações trabalhista e tributárias	(11)	536
Demais obrigações	40	1
	(4.098)	(6.093)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.098)	(6.093)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	430	(2.268)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(918)	(4.415)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(488)	(6.683)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento mercantil	(795)	-
Integralização de capital social	4.804	13.595
Fluxo de caixa originado das atividades de financiamento	4.009	13.595
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(577)	819
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	819	-
No final do exercício	242	819
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(577)	819

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Progato Produtos Para Gatos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Araucária, Estado do Paraná, na Avenida das Araucárias, nº 7.000, sala 02, Chapada, CEP 83.707-752. A Companhia foi constituída em 23 de fevereiro de 2024 e iniciou suas operações em 1º de julho de 2024.

A Companhia tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos destinados ao segmento pet, com atuação voltada a produtos para gatos, incluindo itens relacionados à higiene, bem-estar e nutrição animal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve suas atividades operacionais concentradas no desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos destinados ao mercado pet, em linha com seu objeto social e com sua estrutura operacional e comercial.

Em razão de sua constituição recente e do início de suas operações ocorrido em 2024, a análise das demonstrações financeiras deve considerar esse contexto de implantação, desenvolvimento e consolidação operacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2026. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração considerou os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que pudessem requerer ajuste ou divulgação.

2.2. Base elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando requerido de forma diversa pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Base elaboração e apresentação--Continuação

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de forma contínua. Os efeitos decorrentes das revisões de estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente.

2.3. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração exerceu julgamentos e utilizou estimativas e premissas consideradas razoáveis e consistentes com as circunstâncias da Companhia. Os principais itens que podem requerer maior nível de julgamento ou envolver estimativas relevantes incluem:

- mensuração de perdas esperadas de crédito sobre contas a receber;
- constituição de provisão para perdas e ajustes ao valor realizável líquido dos estoques;
- determinação das vidas úteis econômicas e avaliação de indícios de perda no ativo imobilizado;
- análise da recuperabilidade de ativos não financeiros;
- reconhecimento e mensuração de provisões e passivos contingentes.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes daqueles registrados, em razão das incertezas inerentes ao processo de sua determinação.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o regime de competência, por meio do qual os efeitos das transações e de outros eventos são reconhecidos quando ocorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação da Companhia.

2.6. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando normalmente no curso previsível de suas operações e concluiu ser adequada a adoção do pressuposto de continuidade operacional na elaboração destas demonstrações financeiras.

Essa avaliação considerou, entre outros fatores, a posição de caixa e equivalentes de caixa, a capacidade de geração de recursos operacionais, a disponibilidade de linhas de crédito, bem como o acompanhamento contínuo de sua situação financeira e de liquidez pela Administração.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.6. Continuidade operacional--Continuação

Com base nessa avaliação, a Administração não tem conhecimento de incertezas relevantes que possam suscitar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base nesse pressuposto.

3. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

3.1. Conversão de moeda estrangeira

Transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data-base das demonstrações financeiras. As variações cambiais apuradas na liquidação dessas transações ou na conversão de saldos monetários são reconhecidas no resultado do exercício.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

Normalmente, são classificadas como equivalentes de caixa as aplicações com vencimento original de até três meses da data da contratação, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes decorrem da venda de mercadorias no curso normal das operações da Companhia. Quando o prazo esperado de realização é de até 12 meses após a data-base, são classificadas no ativo circulante; caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor da contraprestação a receber e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidas de provisão para perdas esperadas de crédito, quando aplicável.

A provisão para perdas esperadas é constituída com base na avaliação da carteira de clientes, considerando histórico de inadimplência, situação financeira das contrapartes, existência de garantias e perspectivas futuras de recuperação.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é apurado pelo método do custo médio ponderado e inclui os gastos incorridos na aquisição dos estoques, bem como outros custos necessários para trazê-los à sua condição e localização atuais.

O valor realizável líquido corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e das despesas estimadas necessárias para realizar a venda.

A Companhia constitui provisão para perdas em estoques quando identificados itens obsoletos, de baixa rotatividade, danificados ou fora de especificação.

3.5. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis econômicas estimadas dos bens.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para a Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança. Os demais gastos com manutenção e reparos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.6. Intangível

O ativo intangível da Companhia compreende, substancialmente, marcas aportadas pelo acionista controlador, registradas ao custo atribuído na data da integralização.

Tais ativos são classificados como intangíveis de vida útil indefinida e, portanto, não são amortizados, estando sujeitos à avaliação de recuperabilidade, no mínimo anualmente, ou sempre que houver indícios de perda de valor.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração avalia, ao final de cada exercício social, se há indícios de que o valor contábil de ativos não financeiros possa não ser recuperável. Caso tais indícios existam, é estimado o valor recuperável do ativo, correspondente ao maior valor entre o seu valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável no resultado do exercício.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, quando aplicável.

Em função da natureza de curto prazo dessas obrigações, os saldos são normalmente registrados pelo valor da fatura correspondente, que se aproxima de seu valor justo.

3.9. Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados a valor presente e atualizados monetariamente, quando aplicável. O ajuste a valor presente dos ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e registrado apenas quando considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de mensuração, o ajuste a valor presente é calculado com base nos fluxos de caixa contratuais e nas taxas de juros explícitas ou implícitas dos respectivos instrumentos.

Com base nas análises efetuadas, a Administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, portanto, não efetuou registros dessa natureza.

3.10. Classificação de circulante e não circulante

A Companhia apresenta seus ativos e passivos com base na classificação entre circulante e não circulante.

Um ativo é classificado como circulante quando: (i) espera realizá-lo, vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) espera realizá-lo dentro de 12 meses após a data-base; ou (iv) for caixa ou equivalente de caixa, salvo se houver restrições para sua troca ou uso na liquidação de passivo por período superior a 12 meses após a data-base.

Um passivo é classificado como circulante quando: (i) espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) deva ser liquidado dentro de 12 meses após a data-base; ou (iv) a Companhia não tiver direito incondicional de postergar sua liquidação por período superior a 12 meses após a data-base.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Provisões

3.11.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação na data-base das demonstrações financeiras.

3.11.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões são constituídas para contingências cuja probabilidade de perda é classificada como provável e cujo valor possa ser razoavelmente estimado.

A avaliação da probabilidade de perda considera a análise da Administração, suportada pela opinião de assessores jurídicos externos, bem como a jurisprudência, o estágio processual e os fatos e circunstâncias específicos de cada demanda.

As contingências classificadas como possíveis são divulgadas em nota explicativa, enquanto aquelas classificadas como remotas não requerem provisão nem divulgação, salvo em situações específicas.

3.12. Impostos e contribuições

3.12.1. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável.

3.12.2. Imposto sobre vendas

As receitas com venda de produtos estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,6%;
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – 4% a 18%;
- Imposto sobre produtos industrializados (IPI) – alíquota zero.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12. Impostos e contribuições--Continuação

3.12.3 Reforma tributária Brasileira

(a) Reforma Tributária sobre o Consumo – IBS e CBS

Em decorrência da Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, foram estabelecidas alterações relevantes na tributação incidente sobre o consumo, com início de vigência a partir de 2026, incluindo a substituição gradual de tributos atualmente existentes por novos tributos, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A legislação prevê a aplicação de alíquotas-teste a partir de 2026, correspondentes, em linhas gerais, a 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, as quais serão gradualmente elevadas ao longo dos exercícios subsequentes, conforme o cronograma de transição definido na legislação e em regulamentações complementares, até a plena implementação do novo sistema tributário.

Tais alterações poderão impactar, de forma relevante, a carga tributária, os fluxos de caixa, os preços, os processos operacionais e os sistemas de informação da Empresa, a depender da regulamentação aplicável e de seu modelo de negócios. Nesse contexto, a Empresa vem avaliando os potenciais impactos financeiros, comerciais e operacionais relacionados a essas alterações, bem como conduzindo estudos e adotando ações preparatórias com o objetivo de considerar tais efeitos e mitigar eventuais impactos adversos decorrentes da implementação do novo sistema tributário.

(b) Tributação de Dividendos – Lei nº 15.270/2025

Em 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/2025, que introduziu novas regras relativas à tributação de lucros e dividendos, com vigência a partir de 2026, alterando o tratamento fiscal anteriormente aplicável à distribuição de resultados pelas pessoas jurídicas. Dentre outros aspectos, a referida legislação estabelece hipóteses de incidência do imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos, observados determinados limites, condições e exceções previstos em lei.

Os impactos decorrentes da aplicação dessas novas regras dependerão, entre outros fatores, da política de distribuição de resultados da Empresa, da forma e do momento da deliberação e destinação dos lucros, bem como de regulamentações complementares e interpretações das autoridades fiscais. A Administração avaliará tais impactos nos exercícios subsequentes, de acordo com a efetiva vigência e aplicação da legislação.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, quando o controle dos bens é transferido ao cliente, em montante que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens.

A Companhia avaliou seus contratos e concluiu que atua como principal em suas operações de venda. As receitas são apresentadas líquidas de descontos comerciais, devoluções, abatimentos e tributos incidentes sobre as vendas.

3.13.1. Receita com venda de produtos

A receita com venda de produtos é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens, o que normalmente ocorre na entrega da mercadoria no local acordado contratualmente. A transferência do controle coincide, em geral, com a transferência dos riscos e benefícios relevantes da propriedade ao cliente.

3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.15. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura ou divulga o valor justo de determinados ativos e passivos, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, na data de mensuração.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e à disponibilidade de dados observáveis, maximizando o uso de informações observáveis e minimizando o uso de informações não observáveis.

As mensurações de valor justo são classificadas em três níveis hierárquicos, conforme a relevância dos dados utilizados:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: dados observáveis, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;
- Nível 3: dados não observáveis para o ativo ou passivo.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.16. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo e, quando aplicável, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes, os quais são, em geral, classificados e mensurados ao custo amortizado, uma vez que são mantidos com o objetivo de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, os quais também são, em geral, mensurados ao custo amortizado.

Ao final de cada exercício, a Administração avalia a recuperabilidade dos ativos financeiros com base no modelo de perdas de crédito esperadas, previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, reconhecendo os ajustes necessários, quando aplicável.

A Companhia não possui, na data-base, operações relevantes com instrumentos financeiros derivativos. Caso venha a contratar tais instrumentos, estes serão reconhecidos inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, remensurados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando designados e qualificados para contabilidade de hedge, nos termos da norma aplicável.

3.17. Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)

A Empresa avalia, no início de cada contrato, se este contém um arrendamento, conforme definição do CPC 06 (R2). Um contrato é, ou contém, um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na data de início de um arrendamento, a Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O passivo é mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa implícita no contrato, quando determinável, ou pela taxa incremental de empréstimo da Empresa.

O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, compreendendo o valor inicial do passivo, pagamentos efetuados antes do início e custos diretos iniciais, quando aplicáveis. Subsequentemente, o ativo de direito de uso é depreciado linearmente ao longo do prazo do arrendamento e o passivo é atualizado pela apropriação de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.17. Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)--Continuação

A Empresa aplica as isenções previstas no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo inferior a 12 meses) e arrendamentos de baixo valor; nesses casos, os pagamentos são reconhecidos como despesa ao longo do prazo contratual.

3.18. Normas emitidas mas ainda não vigentes

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, haviam sido emitidas normas e alterações normativas que ainda não eram de adoção obrigatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. No caso das normas internacionais emitidas pelo IASB, seus efeitos devem ser avaliados em conjunto com o processo de convergência e aprovação no Brasil, quando aplicável.

A Administração acompanha a evolução dessas normas e avaliará seus efeitos quando de sua adoção obrigatória. Com base em análise preliminar, não se esperam impactos relevantes de reconhecimento ou mensuração nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo eventuais efeitos restritos, principalmente, à forma de apresentação e às divulgações.

As principais normas e alterações aplicáveis são:

- (a) **CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 foi emitida pelo IASB em abril de 2024 e substitui o IAS 1 – Presentation of Financial Statements, entrando em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida, sujeita às aprovações regulatórias cabíveis. No Brasil, sua convergência ocorreu por meio do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, aprovado em 10 de outubro de 2025 e divulgado em 7 de janeiro de 2026. A norma introduz novos requisitos de apresentação e divulgação, especialmente na demonstração do resultado, incluindo categorias definidas para apresentação do desempenho financeiro. A Empresa avalia que os impactos deverão estar relacionados, principalmente, à apresentação das demonstrações financeiras e às divulgações.
- (b) **Alterações correlatas ao IAS 7 / CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Foram emitidas alterações correlatas à introdução da IFRS 18, as quais podem afetar aspectos de apresentação e divulgação relacionados à demonstração dos fluxos de caixa. A Administração avaliará eventuais ajustes aplicáveis quando da vigência da norma e de seus efeitos no ambiente regulatório brasileiro.
- (c) **Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações às IFRS 9 e IFRS 7 relacionadas à classificação, mensuração e divulgações de instrumentos financeiros. Considerando que a Empresa possui estrutura simples de instrumentos financeiros, não são esperados impactos relevantes além de eventuais divulgações adicionais.
- (d) **Melhorias anuais às normas IFRS:** O IASB emite periodicamente melhorias pontuais às normas vigentes. A Administração acompanhará sua incorporação às normas brasileiras e avaliará seus efeitos quando aplicáveis. Em julho de 2024, o IASB emitiu melhorias anuais envolvendo, entre outras, IFRS 7, IFRS 9 e IAS 7, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	241	819
Aplicações financeiras	1	-
	242	819

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo de investimento – Itaú Trust DI	1.838	2.268

Os títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações financeiras mantidas em fundo de investimento com liquidez imediata, administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado à gestão eficiente dos recursos disponíveis da Companhia.

O fundo possui política de investimento concentrada, substancialmente, em ativos de renda fixa, incluindo cotas de fundos referenciados DI, títulos públicos, títulos privados de baixo risco e operações compromissadas, buscando rentabilidade próxima à variação do CDI, com reduzida exposição a risco de mercado.

6. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber	2.307	3.528
Contas a receber – exterior	132	91
	<u>2.439</u>	<u>3.619</u>

Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 97% da carteira de clientes encontrava-se a vencer, sendo o saldo vencido pouco representativo e concentrado em títulos com atraso de até 30 dias. A Administração entende que o perfil da carteira não indica necessidade de constituição de provisão relevante para perdas esperadas.

7. Estoques

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Produtos acabados	2.254	1.114
Matérias primas	945	922
Embalagens	655	1.297
Outros	261	153
Provisão para perdas de estoque	-	(194)
	<u>4.115</u>	<u>3.292</u>

Os estoques são compostos, substancialmente, por produtos acabados, matérias-primas, embalagens e outros materiais utilizados no curso normal das operações da Companhia.

A Administração adota procedimento de inventário cíclico mensal, por meio do qual todos os itens são submetidos à contagem física ao menos uma vez ao ano. Eventuais divergências identificadas são analisadas junto às áreas responsáveis, com o objetivo de garantir a confiabilidade dos saldos e aperfeiçoar os controles internos relacionados à gestão de estoques.

A provisão para perdas de estoques constituída em 31 de dezembro de 2024 referia-se, substancialmente, a itens de embalagens de produtos acabados considerados não conformes ao processo produtivo, principalmente em razão de avarias, impressão incorreta de informações e itens descontinuados. Em 31 de dezembro de 2025, não havia saldo remanescente dessa provisão.

Progato Produtos para Gatos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos milhares de Reais)

8. Imobilizado e direito de uso

	Taxa anual de depreciação %	2025			2024
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	4.353	(428)	3.925	3.506
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	43	(1)	42	-
Veículos	20%	4	(4)	-	103
Móveis e utensílios	10%	58	(6)	52	57
Computadores e periféricos	20%	84	(14)	70	57
		4.542	(453)	4.089	3.723
Direito de uso	-	3.546	(686)	2.860	3.401
		8.088	(1.139)	6.949	7.124

8.1. Movimentação do imobilizado

	2023	Depreciação	2024	Adição	Baixa	Depreciação	2025
Máquinas e equipamentos	3.665	(159)	3.506	847	-	(428)	3.925
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	43	-	(1)	42
Veículos	114	(11)	103	-	(99)	(4)	-
Móveis e utensílios	59	(2)	57	1	-	(6)	52
Computadores e periféricos	63	(6)	57	27	-	(14)	70
	3.901	(178)	3.723	918	(99)	(453)	4.089

8.2. Movimentação do direito de uso

Descrição	Valor
Total de direito de uso de bens em 31/12/2024 (não auditado)	3.401
(+) Remensuração do período	145
(-) Amortização	(686)
Total de direito de uso de bens em 31/12/2025	2.860

9. Intangível

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ativos intangíveis é substancialmente representado pelas marcas “Areia Branca”, “Forcat”, “Progato” e “Ecosílica Natural”, aportadas pelo acionista controlador à Companhia, no contexto de operação de capitalização, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14. Tais ativos foram reconhecidos de acordo com sua natureza e com os critérios contábeis aplicáveis aos ativos intangíveis.

10. Fornecedores

Os saldos desta rubrica correspondem, substancialmente, a obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, insumos, materiais e equipamentos, bem como a prestadores de serviços, incorridas no curso normal das operações da Companhia e com vencimento no curto prazo.

Adicionalmente, a Companhia informa que não mantém operações estruturadas de antecipação de pagamentos a fornecedores, tais como “risco sacado”, “forfait” ou instrumentos similares.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

11. Obrigações trabalhistas e tributárias

	2025	2024
Obrigações trabalhistas		
Provisão de férias	154	173
Encargos trabalhistas	234	268
Outros	1	-
	389	441
Obrigações tributárias		
Programa de integração social (PIS)	4	2
Contribuição para o financiamento de seguridade social (COFINS)	20	12
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	111	80
Impostos retidos	1	1
	136	95
	525	536

12. Operações com partes relacionadas

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, representada por administradores e diretores, totalizou R\$ 600 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 300 em 2024), integralmente composta por pró-labore. A Companhia não concedeu benefícios adicionais, de curto ou longo prazo, nem remuneração baseada em ações ou benefícios pós-emprego aos membros da Administração nos exercícios apresentados.

13. Provisão para demandas judiciais

A Empresa, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração acompanha periodicamente a evolução dessas demandas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, considerando o estágio processual, os fundamentos jurídicos aplicáveis, a jurisprudência predominante e a experiência histórica, para fins de determinação da necessidade de constituição de provisão ou de divulgação de passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2025, com base nessa avaliação, a Administração concluiu que não havia processos com probabilidade de perda classificada como provável, razão pela qual não foi constituída provisão para contingências naquela data.

Adicionalmente, a Empresa possuía 10 processos de natureza trabalhista classificados com probabilidade de perda possível, totalizando exposição estimada de R\$ 1.300, relacionados, substancialmente, a pleitos envolvendo insalubridade, horas extras e outros temas usuais inerentes às suas atividades operacionais. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses processos.

A Administração revisa continuamente a avaliação dessas demandas e, caso ocorram alterações nas circunstâncias ou na expectativa de perda associada aos processos em andamento, poderão ser reconhecidas provisões ou requeridas divulgações adicionais em exercícios futuros.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

14. Arrendamento por direito de uso

A Empresa arrenda, substancialmente, imóvel utilizado em suas atividades operacionais. Esse contrato possui prazo equivalente a 56 meses e são corrigidos anualmente pelo IPCA, índice contratualmente pactuado entre as partes.

A taxa líquida utilizada pela Empresa foi de 11,0% ao ano, sendo a mesma compatível com a média de remuneração auferida pelas aplicações financeiras em 2025.

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Empresa é o arrendatário são apresentadas a seguir:

	2025
Saldo Inicial	3.401
Adições	145
Pagamento de arrendamento	(795)
Juros apropriados	266
Saldo final	3.017
Circulante	609
Não circulante	2.408
Total	3.017

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia totalizava R\$ 9.637 (R\$ 4.833 em 2024), representado por 9.636.610 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas da seguinte forma:

	Ações	Participação
Madeflex Ind. e Com. de Prod. Naturais LTDA. – “Madeflex”	6.745.627	70%
Aliança Latina Ind. e Com. LTDA. – “Aliança”	2.890.983	30%
	9.636.610	100%

Constituição da Companhia

A Companhia foi constituída em 23 de janeiro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição, registrada em 23 de fevereiro de 2024, com capital social inicial de R\$ 100, dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. Na data da constituição, foi integralizado, em moeda corrente nacional, o montante de R\$ 10, correspondente a 10% do capital subscrito, permanecendo o saldo de R\$ 90 a integralizar no prazo máximo de 360 dias contados do registro perante a Junta Comercial do Estado do Paraná.

15. Patrimônio líquido--Continuação

15.1. Capital social--Continuação

Aumento de capital por meio de bens e estoques

Em 10 de julho de 2024, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 100 para R\$ 6.399, mediante a emissão de novas ações, passando a ser representado por 6.398.810 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O aumento de capital, no montante de R\$ 6.299, foi integralizado pela então acionista Aliança, mediante conferência de bens e estoques, com base em laudo de avaliação aprovado, assim composto:

	10/07/2024
Composição da integralização	
Estoques de matéria-prima e produtos	2.930
Ativo imobilizado (máquinas, equipamentos e veículos)	2.854
Ativo intangível (marcas e patentes)	515
	6.299

Ingresso da acionista Madeflex e novo aumento de capital

Em 4 de março de 2024, foi celebrado o Acordo de Investimento e Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, cuja efetivação ocorreu em 1º de agosto de 2024, data em que a Madeflex passou a integrar a composição acionária da Companhia.

Na referida data, ocorreram as seguintes operações:

- (i) Aquisição de ações de emissão da Companhia: A Madeflex adquiriu da Aliança 3.507.827 ações, representativas de 54,82% do capital social da Companhia naquela data. Por se tratar de operação secundária entre acionistas, essa transação não produziu efeitos sobre o montante do capital social da Companhia.
- (ii) Subscrição de novas ações: Adicionalmente, a Companhia realizou aumento de capital mediante a emissão de 3.237.800 novas ações, integralmente subscritas e integralizadas pela Madeflex, no montante total de R\$ 12.000. Desse total:
 - R\$3.238 foram destinados à conta de capital social; e
 - R\$8.762 foram registrados em reserva de capital, correspondendo ao excedente do preço de emissão das ações em relação ao valor atribuído ao capital social.

A integralização ocorreu da seguinte forma:

Forma de integralização	Valor
Bens do ativo imobilizado	1.238
Recursos financeiros	10.852
Total	12.000

Após a conclusão dessas operações, a composição acionária da Companhia passou a ser detida em **70%** pela **Madeflex** e em **30%** pela **Aliança**.

15. Patrimônio líquido--Continuação

15.2. Destinação dos lucros e constituição de reservas

Em função de o Estatuto Social da Companhia não dispor sobre a destinação dos lucros, são observados os percentuais mínimos estabelecidos pela Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), conforme segue:

- 5% para reserva legal, até atingir o montante de 20% do capital social.
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.
- O saldo não distribuído, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

16. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita com vendas de mercadorias - nacional	22.510	11.282
Receita com vendas de mercadorias – exportações	1.364	1.669
	<u>23.874</u>	<u>12.951</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre receita	(4.432)	(2.229)
Devoluções de venda	(160)	(202)
	<u>(4.592)</u>	<u>(2.431)</u>
	<u>19.282</u>	<u>10.520</u>

17. Custos dos produtos vendidos

	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas	(11.292)	(5.244)
Custos com pessoal	(1.824)	(948)
Encargos sociais	(468)	(249)
Alimentação e transporte	(1.180)	(642)
Depreciação	(290)	(160)
Outros custos	(46)	(309)
	<u>(15.100)</u>	<u>(7.552)</u>

18. Despesas comerciais

	2025	2024
Frete	(1.684)	(953)
Expedição e logística	(734)	(332)
Despesa com marketing	(779)	(192)
Despesas com folha e encargos	(1.711)	(1.107)
	<u>(4.908)</u>	<u>(2.584)</u>

19. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Amortização do direito de uso	(686)	-
Despesas com pessoal e pró-labore	(2.185)	(980)
Despesas com manutenção e prestadores de serviços	(766)	(419)
Outras despesas administrativas	(77)	(39)
	<u>(3.714)</u>	<u>(1.438)</u>

20. Receitas (despesas) financeiras

	2025	2024
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(913)	(399)
Juros de arrendamento mercantil	(266)	(388)
Variação cambial passiva	(29)	(18)
Outras despesas financeiras	(35)	(12)
	(1.243)	(817)
Receitas financeiras		
Rendimento aplicação financeira	237	27
Variação cambial ativa	19	5
Ajuste a valor justo - fundos de investimento	98	51
Outras receitas financeiras	7	10
	361	93
Resultado financeiro líquido	(882)	(724)

21. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores, os quais são reconhecidos e mensurados de acordo com os critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.

A Administração gerencia esses instrumentos financeiros por meio de políticas voltadas à preservação da liquidez, à administração do risco de crédito e à manutenção de estrutura de capital compatível com a natureza e o porte de suas operações.

Em função da natureza e dos prazos de realização e liquidação, os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam de seus respectivos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são descritos a seguir, bem como os respectivos critérios de mensuração:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, mantidas em instituições financeiras de primeira linha. Em razão de sua natureza de curto prazo, os valores contábeis desses ativos se aproximam de seus respectivos valores justos.
- **Títulos e valores mobiliários:** Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras mantidas para gestão de liquidez, registradas de acordo com a natureza do instrumento e com os critérios de classificação e mensuração previstos no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.
- **Contas a receber de clientes:** São registradas pelo custo amortizado, deduzidas de provisão para perdas esperadas de crédito, quando aplicável. A Administração avalia a recuperabilidade desses saldos ao final de cada exercício, com base em critérios que incluem histórico de inadimplência, situação financeira das contrapartes e expectativas prospectivas de recuperação.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

- **Fornecedores:** São reconhecidos pelos valores contratuais e representam, substancialmente, obrigações decorrentes da aquisição de mercadorias, matérias-primas, insumos e serviços no curso normal das operações da Companhia. Em razão do curto prazo dessas obrigações, seus valores contábeis se aproximam de seus valores justos.

21.1. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração entende que os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras representam adequadamente seus valores justos na data-base, considerando a natureza, os prazos e as condições contratuais dessas operações.

Os instrumentos financeiros mensurados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis da hierarquia do valor justo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.15.

Na data-base de 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros relevantes mensurados ao valor justo com base em técnicas que utilizem inputs não observáveis relevantes.

21.2. Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não mantinha operações com instrumentos financeiros derivativos em **31 de dezembro de 2025 e de 2024**, tampouco realizou operações com finalidade especulativa envolvendo derivativos ou outros ativos de risco.

Dessa forma, naquelas datas, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos, nem operações que demandassem divulgação específica relacionada à contabilidade de hedge.

22. Gestão de riscos financeiros

A Companhia está exposta a riscos financeiros decorrentes de suas operações, principalmente risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Administração monitora continuamente esses riscos por meio de políticas e controles internos que visam preservar a liquidez, reduzir a exposição a perdas e suportar a adequada condução de suas atividades operacionais.

22.1.Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas em razão do não cumprimento, pelas contrapartes, de suas obrigações contratuais.

A exposição da Companhia a esse risco está relacionada, principalmente:

- às contas a receber de clientes; e
- às aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

22. Gestão de riscos financeiros--Continuação

22.1.Risco de crédito--Continuação

A Administração monitora continuamente a carteira de clientes e entende que não há concentração relevante de risco de crédito que possa impactar significativamente as demonstrações financeiras. Quanto às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia mantém recursos apenas em instituições financeiras de primeira linha.

A avaliação da recuperabilidade das contas a receber é efetuada com base no modelo de **perdas esperadas de crédito**, previsto no **CPC 48**, sendo reconhecidos os ajustes necessários quando aplicável.

22.2.Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para honrar suas obrigações financeiras nos respectivos vencimentos.

A Administração acompanha semanalmente as projeções de fluxo de caixa, o cronograma de liquidação de seus passivos e a disponibilidade de recursos, buscando assegurar que a geração operacional de caixa e os recursos disponíveis sejam suficientes para a manutenção do curso normal dos negócios.

A Companhia entende que sua posição de liquidez em 31 de dezembro de 2025 é adequada para suportar suas obrigações de curto e médio prazo.

22.3.Risco mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de oscilações em variáveis de mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio e preços, afetarem os resultados da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

a) Risco de taxa de juros

A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo indexadas ao CDI, estando exposta às flutuações das taxas de juros de mercado. Considerando a elevada liquidez desses instrumentos e a natureza de curto prazo das aplicações, a Administração entende que tal exposição não representa risco relevante.

b) Risco cambial

A Companhia realiza operações pontuais de exportação denominadas em moeda estrangeira. Em razão de sua baixa representatividade em relação ao volume total de receitas e ativos, a Administração entende que a exposição ao risco de variação cambial é imaterial na data-base.

Progato Produtos para Gatos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos milhares de Reais)

22. Gestão de riscos financeiros--Continuação

22.4. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são:

- salvaguardar a continuidade de suas operações;
- proporcionar retorno aos acionistas; e
- manter estrutura de capital adequada ao perfil operacional e ao estágio de desenvolvimento do negócio.

A Administração revisa periodicamente sua estrutura de capital e monitora indicadores relevantes de liquidez e endividamento, buscando assegurar equilíbrio entre rentabilidade, solvência e flexibilidade financeira.

No contexto atual, esse risco está principalmente associado:

- à valorização do imóvel classificado como propriedade para investimento; e
- às condições macroeconômicas que possam impactar a liquidez e o valor de realização de ativos.

A Administração monitora continuamente esses fatores, avaliando seus possíveis efeitos sobre os ativos mantidos pela Empresa.

23. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por auditores independentes.